

LIDERANÇA FEMININA EM MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO LIDERADAS POR DONA RAIMUNDA

Alex Pizzio

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Palmas – Tocantins – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7181-6355>

Milena Botelho Azevedo Lena

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Palmas – Tocantins – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1228-4170>

Resumo

Este manuscrito analisa a liderança feminina em contextos de vulnerabilidade social a partir do estudo de caso de Dona Raimunda Gomes da Silva, referência feminina no movimento das quebradeiras de coco babaçu no norte do Tocantins. A investigação, de natureza qualitativa e abordagem interpretativa, usou análise bibliográfica e documental, associando o percurso articulando o percurso de vida de Dona Raimunda ao conceito de “invenção do presente”, de Jacques Rancière, como forma de compreender de que maneira sua atuação ressignificou práticas políticas e rompeu com estruturas de dominação de gênero. Além disso, o estudo estabelece conexões entre as atitudes de Dona Raimunda e algumas figuras femininas de destaque nacional e internacional, com o intuito de identificar fatores comuns do perfil dessas ativas personalidades pois são identificadas fortes correlações entre elas: mesmo em contextos distintos, compartilham o enfrentamento de estruturas opressoras marcadas por desigualdades de gênero, raça e classe; desafiam sistemas excludentes a partir de uma perspectiva de base, engajadas na luta coletiva e na defesa dos direitos humanos. Dona Raimunda carrega traços de uma força feminina singular, presente nas ativistas, mas também, na mulher brasileira que se desdobra na sua luta diária, com o objetivo de promover as melhores condições de vida à sua família e conferir prosperidade ao ambiente em que vive.

Palavras chave: Mulheres extrativistas, estratégias diversas, desafios sociais, líderes comunitárias, coco babaçu.

**POPULAR LEADERSHIP AND FEMINIST ACTIVISM: DONA RAIMUNDA AS A
SYMBOL OF SOCIAL MOBILIZATION**

Abstract

This manuscript analyzes female leadership in contexts of social vulnerability, based on the case study of Dona Raimunda Gomes da Silva, a prominent leader in the babassu coconut breakers movement in northern Tocantins, Brazil. The research adopts a qualitative and interpretative approach, relying on bibliographic and documentary analysis to connect Dona Raimunda's life trajectory with Jacques Rancière's concept of the "invention of the present," as a means of understanding how her actions reframe political practices and challenge structures of gender-based domination. Furthermore, the study draws parallels between her activism and that of other prominent national and international female figures, identifying shared characteristics in their leadership profiles. Despite differing contexts, these women collectively confront oppressive structures marked by gender, racial, and class inequalities; they challenge exclusionary systems from grassroots perspectives, engaging in collective action and the defense of human rights. Dona Raimunda embodies a unique form of feminine strength found not only in well-known activists, but also in countless Brazilian women who strive daily to improve living conditions for their families and foster prosperity within their communities.

KEYWORDS: Women extractivists, diverse strategies, social challenges, community leaders, babassu coconut.

LIDERAZGO FEMENINO EN MOVIMIENTOS SOCIALES: UN ESTUDIO SOBRE LAS MUJERES QUEBRADEIRAS DE COCO LIDERADAS POR DONA RAIMUNDA

Resumen

Las mujeres que articulan movimientos y organizaciones, construyendo redes de solidaridad y apoyo mutuo, destacan en la sociedad contemporánea. Emplean diversas estrategias y formas de acción, como manifestaciones públicas, ocupación de espacios, producción de conocimiento, incidencia política, campañas de sensibilización y otras formas de movilización colectiva. Sin embargo, se enfrentan a importantes retos, como la falta de reconocimiento, la invisibilidad de sus agendas, la violencia física y simbólica, la persecución política y la marginación. Este estudio evaluó el perfil de las activistas sociales, con especial atención a las mujeres de gran influencia, teniendo como telón de fondo la vida y obra de Raimunda, la rompedora de cocos del estado de Maranhão. Los resultados indican que el movimiento de las quebradoras de coco tiene un impacto considerable en el mantenimiento del ecosistema local, así como en la promoción de la sostenibilidad, mientras que las participantes luchan por sus derechos y la preservación de sus culturas. Además, la fuerza femenina presente en este movimiento desafía las normas de género al participar en actividades polifacéticas, comprometiéndose con un amplio abanico de causas. Estas causas abarcan temas como los derechos reproductivos, la violencia de género, la igualdad salarial, la representación política, la inclusión social y la preservación de las culturas y tradiciones de su pueblo.

Palabras clave: Mujeres extractivistas, estrategias diversas, retos sociales, líderes comunitarias, coco babassu.

1 Introdução

Os líderes comunitários desempenham um importante papel no desenrolar de um movimento social. Sua liderança afeta o perfil e a atuação das organizações, impactando diretamente os resultados alcançados e os caminhos percorridos rumo aos objetivos (DE ARAÚJO, 2021).

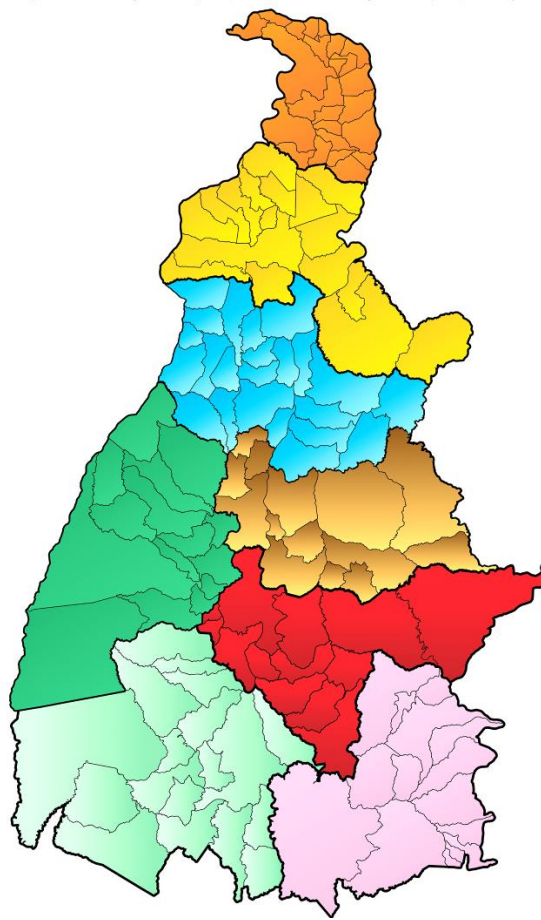
Grandes avanços foram conquistados pelas mobilizações sociais durante a história da civilização moderna, com destaque para os movimentos feministas. Mesmo com o despontar de mulheres fortes e corajosas nesse cenário, ainda se encontram desigualdades de gênero em diversos setores da sociedade contemporânea ocidental (SIQUEIRA; LAZARETTI, 2017; MARONEZE, 2021).

Um estudo consistente sobre a importância das mulheres como líderes comunitárias, exige revisar as teorias interpretativas clássicas sobre movimentos sociais, para justamente observar as mudanças trazidas pela contemporaneidade com foco na luta feminina (ALONSO, 2009). Logo à primeira vista, já se observa um panorama dramático, pois as políticas de ação afirmativa em prol das mulheres surgem como uma resposta ao reconhecimento do sofrimento discriminatório e violento que esse grupo social tem enfrentado ao longo do tempo. Essa violência é estruturada em uma hierarquia de gênero, moldada pelos padrões do patriarcado, que historicamente relegou as mulheres a uma posição de fragilidade culturalmente construída e dependente dos homens, resultando em frequentes situações de violência física e psicológica (VIGANO; LAFFIN, 2019; GALVÃO, 2021).

O presente estudo tem como cenário o estado do Tocantins, situado na região Norte do Brasil. No extremo-norte do estado localiza-se a região denominada Bico do Papagaio (Figura 1), um espaço de encontro entre os estados do Maranhão e Pará. O domínio morfoclimático é caracterizado por transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, com condição classificada como adequada para a agricultura (SOUSA; DA SILVA, 2021).

Nessa área, uma série de problemas afeta as áreas rurais, decorrentes tanto de fatores internos quanto externos, como o avanço das fronteiras agrícolas, conflitos pela posse de área territorial, planos e projetos governamentais, entre outros percalços do progresso. O Bico do Papagaio é parte da zona de fronteira, o que lhe confere uma singularidade que envolve complexos processos sociais, econômicos e políticos (LENA, 2021).

Figura 1 – Mapa das regiões de saúde do Tocantins. O Bico do Papagaio localiza-se no Norte do estado, em destaque na cor alaranjada.



Fonte: Secretaria de Saúde do estado do Tocantins. (GOVERNO DO TOCANTINS, 2015)

As trabalhadoras rurais da região do Bico do Papagaio têm se mobilizado por décadas em prol da mudança da realidade social local. Recentemente, muitas dessas mulheres têm se dedicado ao extrativismo, à agroecologia e às organizações comunitárias, com resultados interessantes e reconhecimento da sociedade e do poder público. Entre elas, estão as quebradeiras de coco babaçu (Figura 2), mulheres extrativistas que já representam um importante papel histórico, econômico e sociocultural, além do ativismo político, ambiental e cultural. Elas enxergaram no coco de babaçu – fruto da palmeira babaçu (*Attalea speciosa*), uma espécie nativa do Brasil – um meio de progresso para suas comunidades.

Não há dados específicos do último Censo, porém, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) – ONG que representa os interesses diversos dessas mulheres – estima que, atualmente, mais de 400.000 mulheres trabalham na extração do babaçu não somente no Tocantins, mas também no Maranhão, Pará e Piauí. No entanto, essa atividade enfrenta constantes ameaças, como a limitação do acesso das mulheres aos babaçus, a expansão do agronegócio, que encontram resistências em áreas dominadas pelo babaçu, ou a dificuldade na comercialização dos produtos. As ações de ameaças vão do simples cercamento do

território por fazendeiros e grileiros até atos criminosos, como o envenenamento das palmeiras de babaçu e, não raramente, a violência contra estas trabalhadoras (MIQCB, 2025).

Figura 2 – Mulheres da comunidade da região do Bico do Papagaio em ação no trabalho de quebrar coco e produzir matéria-prima para seus produtos serem fabricados artesanalmente.



Fonte: Foto produzida por Carolina Motoki. (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Vale frisar que existem áreas de coleta das quebradeiras de coco babaçu que estão situadas dentro de propriedades de agricultores e o maior desafio para as quebradeiras é ter respeitado o direito de acesso às áreas de coleta. Com o avanço do agronegócio no final da década de 1960 e início dos anos 1970, a preservação dos babaçuais tornou-se mais difícil para as mulheres que dependem dos cocos para sobreviver. Diferentemente de outros trabalhadores rurais que precisam da terra para plantar e criar animais, o babaçu cresce livremente, sendo uma palmeira de grande porte que se adapta às condições climáticas regionais, requerendo uma grande extensão territorial para seu desenvolvimento (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Há também uma questão cultural. A conservação das palmeiras de babaçu cria uma relação simbólica com o território, mesmo que as quebradeiras de coco não residam no local onde os babaçuais estão localizados. Quando elas não têm acesso aos babaçuais, a subsistência de suas famílias se torna impossível. Muitas dessas mulheres são mães que cuidam sozinhas de seus filhos, estão desempregadas e são marginalizadas pelo governo e frequentemente pela sociedade. Sem a principal fonte de renda, elas ainda enfrentam os ataques mais severos, que vão desde ameaças e intimidações por parte dos fazendeiros até assassinatos encomendados por posseiros (REPÓRTER BRASIL, 2018). Daí se deve a complexidade e seriedade do problema.

Além disso, as mulheres ativistas muitas vezes demonstram empatia e solidariedade em relação às comunidades em que estão inseridas. Elas compreendem as necessidades e as demandas de seu povo, trabalhando em prol do bem-estar coletivo. Dona Raimunda, parte central deste estudo, tem um histórico de busca constante pelo fortalecimento e a união de sua comunidade, o que construiu sua imagem positiva entre a população local. Daí vem outro ponto marcante: a capacidade de liderança. As mulheres ativistas frequentemente assumem papéis de liderança em movimentos sociais e organizações, mobilizando pessoas e direcionando esforços coletivos (CARVALHO; MACEDO, 2023).

Há interesses em se avaliar a capacidade extraordinária de superar as adversidades e criar mudanças significativas que essas mulheres têm. O conceito de desenvolvimento psicossocial, segundo o Ministério da Saúde, refere-se à capacidade progressiva do ser humano de interagir com seu ambiente. Esse desenvolvimento é influenciado pela sociedade e suas experiências, como cultura, crenças sociais e relações familiares. A teoria de Erikson sobre o desenvolvimento da identidade enfatiza que esta é formada por meio da resolução de conflitos enfrentados no meio social. Isso significa que o ambiente em que vivemos nos leva a fazer escolhas e seguir caminhos decorrentes desses conflitos, o que pode ser observado no ativismo das mulheres que surgem a partir dos conflitos em seus cotidianos (SOUTO; MOREIRA, 2021).

O foco deste estudo está na análise do papel das líderes comunitárias no contexto do movimento social das quebradeiras de coco babaçu, tendo como referência a figura de Dona Raimunda. Trata-se de uma análise de como a trajetória desta líder conjuga-se com dinâmicas mais amplas de liderança feminina presentes em movimentos sociais ao longo da história. A partir da categoria teórica “invenção do presente”, busca-se interpretar como sua liderança dialoga com outras grandes figuras femininas da história recente, ressignificando as formas de engajamento protagonizado por mulheres em contextos adversos.

2 Metodologia

A primeira etapa do trabalho consistiu em coletar e organizar informações acerca das atividades das mulheres agroextrativistas em estudo. Para isso, foi realizada coleta de dados qualitativos, tratando-se de uma pesquisa exploratória de natureza descritiva, como sugere, para esse tipo de investigação, os estudos de Batista *et al.* (2023), Da Silva *et al.* (2021), e Toledo e De Farias Shiaishi (2009). Foi realizada análise bibliográfica e documental consultando-se livros, artigos científicos, teses, dissertações, reportagens jornalísticas e documentários que abordassem a temática por um todo ou assuntos relacionados, como o feminismo rural, o empoderamento feminino e os movimentos sociais. A trajetória da líder da comunidade em foco, Raimunda Gomes da Silva, foi usada como elemento central e referencial para as discussões.

Realizou-se leitura interpretativa das fontes, como forma de identificar os principais elementos que caracterizassem a atuação das mulheres. Tal procedimento analítico permitiu que se traçasse um perfil das personagens em relação aos desafios por elas enfrentados na luta por direitos em diversas frentes, principalmente nos âmbitos sociais, territoriais e de gênero.

O recorte temporal do estudo abrangeu os principais marcos históricos da trajetória de Dona Raimunda, mas o período entre as décadas de 1980 e 2010 tiveram maior atenção, pois foi quando ocorreram os eventos mais representativos da atuação da líder no cenário político-social na região do Bico do Papagaio.

A análise dos dados, cujo método envolveu abordagem interpretativa, esteve fundamentada na avaliação de conteúdo temática, conforme orientações de Bardin (2011), com o objetivo de identificar categorias de maiores relevâncias relacionadas ao tema. A reflexão teórica, passo fundamental do estudo, foi sustentada por referenciais da área da sociologia dos movimentos sociais, especialmente

concepções de Rancière (2000, 2004, 2010), e discussões expostas em trabalhos relevantes de interesse, como os de Silva, Cotanda e Pereira (2017), Siqueira e Lazaretti (2017), e De Araújo (2021). Ao final, buscou-se dar volume às vozes das quebradeiras de coco como sujeitos ativos de transformação social, ao passo que puderam ser elucidados processos que levaram as quebradeiras a conquistas importantes para sua comunidade.

3 Resultados e discussões

Os resultados desta investigação são apresentados neste capítulo conforme uma organização lógica e interpretativa. Inicialmente, procede-se a uma análise sobre a gênese e consolidação dos movimentos sociais, com ênfase na participação feminina em processos históricos de resistência e transformação. Em seguida, destacam-se ações de relevância protagonizadas por mulheres cujas trajetórias se tornaram referências na luta pelo empoderamento feminino e pelos direitos sociais. Por fim, é apresentada a líder comunitária Dona Raimunda Gomes da Silva, com a finalidade de evidenciar sua trajetória de vida e suas conquistas. Ao final, propõe-se uma articulação entre a experiência de Dona Raimunda e outras dinâmicas de liderança feminina nos movimentos sociais ao longo da história. Busca-se, assim, compreender em que medida sua atuação, enraizada nas realidades do território e das comunidades extrativistas do Bico do Papagaio, reflete e ressoa os princípios, estratégias e impactos característicos de lideranças femininas que marcaram diferentes tempos e contextos sociopolíticos.

3.1 Atuação política e inventividade: uma análise da liderança feminina

Os movimentos de mulheres e feministas são parte dos movimentos sociais, termo mais geral. Fundamentalmente, representam uma vertente que, por meio de ações coletivas, busca reivindicações políticas em favor dos direitos das mulheres. Assim como outros movimentos sociais, eles têm, geralmente, o objetivo de provocar mudanças nas instituições sociais que mantêm padrões normativos baseados no patriarcado, buscando criar uma nova ordem social, rompendo com o preconceito e a desigualdade que historicamente afetam as mulheres. Além disso, a formulação dos objetivos desses movimentos tende a ser amplamente altruística, não buscando promover os interesses pessoais das mulheres, mas sim o bem-estar coletivo. Em outras palavras, os objetivos das ações são definidos em termos de benefício para a sociedade como um todo, em vez de se concentrarem em promover os interesses individuais das mulheres como grupo específico (SOUTO; MOREIRA, 2021).

Os movimentos de mulheres têm uma longa história que remonta à Antiguidade Clássica e continua até os dias atuais, antecedendo o movimento feminista. Esses movimentos têm sido uma parte significativa da História e têm surgido em diferentes períodos. Outhwaite e Bottomore (1996) destacam três questões analíticas para compreender a natureza e a diversidade dos movimentos de mulheres. A primeira questão envolve a necessidade de diferenciar os níveis de ação social coletiva, de modo que o movimento represente um avanço tanto qualitativo quanto quantitativo em relação às formas de solidariedade ou associação, que podem ser de pequena escala, dispersas e relativamente de pouca influência. Eles

exemplificam essa distinção ao mencionar um movimento baseado em uma "cultura de mulheres", que inclui redes de comunicação, clubes e círculos literários. Essa diversidade de ações e associações demonstra a ampla gama de expressões dos movimentos de mulheres ao longo da história (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

A segunda proposição levanta a questão de se o feminismo pode ou deve ter objetivos universais ou se esses objetivos variam de acordo com diferentes contextos. Isso é exemplificado pelas críticas das feministas negras e do Terceiro Mundo em relação à hegemonia de um discurso que afirmava que "mulheres de todas as classes sociais e religiões compartilhavam necessariamente interesses e laços de solidariedade". Esses grupos propuseram uma visão diferenciada dos interesses das mulheres, considerando fatores como classe social e etnia, reconhecendo que esses fatores podem influenciar as relações de dominação e subordinação entre as mulheres. Embora a ação coletiva e objetivos comuns unissem as militantes, a solidariedade entre as mulheres não era baseada apenas no gênero, mas também em outros aspectos sociais (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

A terceira questão analítica destaca a diferença entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas em relação aos objetivos que buscam alcançar. Historicamente, os movimentos de mulheres surgem com base nos papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres na família. Isso implica lutar pelo suprimento de necessidades básicas e pelos direitos de cidadania. Esses movimentos são caracterizados por identificar-se com as construções sociais específicas da feminilidade e maternidade, considerando o envolvimento político das mulheres como uma extensão natural de seus papéis na família e como uma expressão de sentimentos intrinsecamente femininos (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996; MILLER, 2021).

A expressão "invenção do presente" é associada ao filósofo francês Jacques Rancière, conhecido por suas contribuições para a teoria política e estética. Ele desenvolveu esta teoria como parte de suas reflexões sobre a política da emancipação e a participação política. Essa noção destaca a capacidade dos sujeitos políticos de redefinir ativamente as condições do presente, em vez de simplesmente reagir às circunstâncias existentes. A "invenção do presente" implica uma ação criativa que transcende as estruturas normativas estabelecidas, permitindo a transformação e a reinvenção das relações sociais e políticas (VELOSO, 2018).

Sob a perspectiva teórica e metodológica de Rancière (2000, 2004, 2010), a produção política não se limita apenas aos movimentos sociais, mas também envolve grupos e indivíduos diversos. Segundo o estudioso, essa produção política não está intrinsecamente vinculada à existência prévia de sujeitos racionais e calculistas que processam oportunidades contextuais para desenvolver estratégias eficazes de ação coletiva. De acordo com sua visão, é quando aqueles socialmente rotulados como escravos, aberrações, monstros ou "loucos" emergem em uma cena interacional, expondo as vulnerabilidades e violências a que são submetidos, que a política adquire potência. Ao desafiar os regimes estéticos que os confinam a espaços, tempos e funções sociais específicos, esses sujeitos questionam a suposta igualdade que deveria ser garantida em uma democracia. Nessas cenas polêmicas, a própria exposição do "dano" fundamental ao princípio da igualdade é encenada, desorganizando os regimes estéticos estabelecidos na sociedade. Isso não apenas provoca uma fratura, ainda que mínima, nos regimes de poder, mas também

determina se a condição de sujeito pode ou não "vir-a-ser" uma existência política (VELOSO, 2018). Dessa forma, se forem aceitas as proposições de Rancière, conceitos sociológicos e perspectivas metodológicas fundamentais para teorias dos movimentos sociais, como agência, sujeito e política, demandariam significativas problematizações. Isso incluiria a ampliação de seus escopos heurísticos - estratégias de resolução de problemas baseadas em experiência e intuição - e a revisão da posição do pesquisador diante desses fenômenos.

A adoção da teoria da "invenção do presente" como alicerce teórico neste estudo amplia a compreensão das estratégias empregadas pelas mulheres ativistas, destacando seu papel na construção ativa do tecido social. A invenção do presente oferece uma lente teórica particularmente pertinente ao examinar a dinâmica desses movimentos, pois reconhece a habilidade dos agentes sociais em não apenas reagir a contextos preexistentes, mas em forjar narrativas e práticas inovadoras. Nesse contexto, as mulheres ativistas emergem como agentes-chave na redefinição das normas de gênero e na criação de alternativas para desafiar estruturas de poder arraigadas. Ao aplicar essa perspectiva, destaca-se aqui não apenas a resiliência dessas ativistas diante de adversidades, mas também sua capacidade intrínseca de introduzir mudanças substanciais na sociedade. A invenção do presente oferece, assim, uma estrutura conceitual valiosa para interpretar as ações dessas mulheres como não apenas reativas, mas, fundamentalmente, como construtoras ativas de um presente transformador e catalisadoras de futuros mais inclusivos e equitativos (MIZOGUCHI, 2016).

Nos últimos anos, os movimentos sociais têm adotado estratégias de ampliação de suas mensagens e pautas por meio das mídias e, em particular, das redes sociais. O movimento feminista também tem se apropriado desses espaços, mostrando sua capacidade de interagir e alcançar um público mais amplo, inclusive aqueles que anteriormente não eram alcançados. No Brasil, exemplos como a Marcha das Vadias (2015) e o #EleNão (2018) demonstram que o movimento feminista não se limita apenas às redes sociais, mas também possibilita a articulação e organização de manifestações e protestos nas ruas. Esses eventos trazem à tona questões que vão além da experiência de ser mulher na sociedade brasileira. Assim, surgiu o *ciberfeminismo*, movimento que se apresenta como uma estratégia de ativismo feminista utilizando-se da rapidez de movimentação de informações que a internet possibilita para conscientizar cada vez mais as mulheres de sua condição e de seus direitos e deveres (PIRES; CASTRO, 2020).

Em décadas passadas, os movimentos liderados por mulheres normalmente estavam atentos às discussões políticas, porém a busca por participação formal na política ou por cargos de representação não era uma prioridade para as coordenadoras e associadas desses movimentos. Em vez disso, eles se concentravam em temas relevantes como geração de renda, saúde e violência doméstica. A promoção de debates sobre o fortalecimento e autonomia das mulheres em instâncias políticas e de poder não era considerada significativa. A trajetória política das líderes desses movimentos e seu capital social acumulado eram questões a serem consideradas. O tempo dedicado ao trabalho doméstico muitas vezes limitava seu envolvimento político fora de casa. A filiação a partidos políticos não era necessariamente vista como algo importante, e havia dúvidas sobre a transição entre as lideranças do movimento e o interesse em se candidatar filiadas a um partido. A

motivação para a competição eleitoral e a discussão sobre a capacidade de aprovar políticas públicas para mulheres em todos os níveis também eram temas abordados, com certa reserva em relação a políticas que pudessem promover apenas a "política de presença" (ALVAREZ, 1988; COSTA; SARDENBERG, 1994; COSTA, 2005).

No Brasil do século 21, muitas conquistas notáveis foram voltadas para as mulheres no cenário legislativo, que são resultados das lutas do primeiro e segundo movimentos feministas. Essas conquistas incluem o direito ao voto, licença-maternidade, criminalização do assédio sexual no trabalho, mudanças no Código Civil para garantir igualdade de direitos jurídicos e de propriedade de terras, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Além disso, destacam-se a Lei Maria da Penha (com destaque a seguir), a Lei do Feminicídio e a legalização do aborto em casos de anencefalia. No entanto, opressões arraigadas culturalmente persistem no cotidiano das mulheres, tais como desigualdade salarial, baixa representação nas esferas políticas de poder, criminalização do aborto e violência simbólica, doméstica e pública (SOARES; CHARLES; CERQUEIRA, 2019). Em resumo, como enfatizam Luis Miguel e Flávia Biroli (2014), o feminismo se opõe às disparidades sociais que particularmente oprimem as mulheres e busca reivindicar seus direitos por meio de diversos enfrentamentos, impulsionados por prioridades e posições assumidas, tanto no campo teórico quanto no âmbito prático do ativismo.

Este trabalho aborda o ativismo feminismo na figura de Dona Raimunda, as violências institucionalizadas contra as mulheres e a necessidade de ações afirmativas ao longo do tempo. Destaca-se que, apesar das conquistas alcançadas, a violência contra as mulheres ainda é enraizada na cultura e possui índices elevados (VASCONCELOS *et al.*, 2024). As ações afirmativas surgem do reconhecimento das violações vivenciadas pelo gênero feminino historicamente em desvantagem e discriminado (CARVALHO; LAGUARDIA; DESLANDES, 2022).

3.2 Das mulheres e suas contribuições nas ações sociais

Quanto mais se retrocede no tempo, mais difícil de se observar mulheres despontando em situações de resistência social. Isso porque as mulheres vieram ganhando espaço e voz somente quando o preconceito contra as lideranças femininas começou a se atenuar. O artigo de Adriana Alves da Silva e outros pesquisadores (SILVA *et al.*, 2019) tem como título “Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas e mulheres”. O trabalho enfatiza que, transpondo para nosso tempo, *lute como uma menina* é a perfeita tradução de um momento de Rosa Luxemburgo e da atualidade das suas ideias. Rosa Luxemburgo, militante revolucionária da Polônia e Alemanha dos séculos XIX e início do XX, teve como pontos de partida a crescente insegurança da existência no capitalismo, a ação autônoma das massas e da necessidade histórica que as impele a auto-organização e a aposta central que, no princípio, era a ação.

Um interessante momento da vida de Rosa está relacionado à visão única que ela teve em relação ao cristianismo, como pode ser observado em seu opúsculo intitulado "O Socialismo e as Igrejas", de 1905. Apesar de ser atea, Rosa não ataca tanto a religião em si, mas a política reacionária da Igreja. Ela defende que os socialistas são mais fiéis aos princípios originais do cristianismo do que o clero conservador da época em que vivia (1871 a 1919). Isso porque os socialistas lutam por

uma ordem social baseada na igualdade, liberdade e fraternidade, valores que estão de acordo com o preceito cristão de "amar o próximo como a si mesmo", passagem bíblica em Mateus 22:39. Dessa forma, Rosa argumenta que os padres deveriam apoiar o socialismo se quisessem verdadeiramente aplicar esse preceito cristão (OUVIÑA, 2021).

Rosa Luxemburgo criticava o clero que se aliava aos ricos, explorando e, algumas vezes, oprimindo os pobres. Afirmava que esse clero estava em total contradição com os ensinamentos cristãos, já que estavam servindo ao dinheiro em vez de servir a Cristo. Para Rosa, os primeiros cristãos seriam entusiastas do comunismo e denunciavam a injustiça social. Ela não buscava uma batalha filosófica em nome do materialismo. Em vez disso, ela buscava preservar a dimensão social da tradição cristã para transmiti-la ao movimento operário. Reconhecia a importância do cristianismo na luta pelos direitos e pela justiça social, mas criticava aqueles que usavam a religião para justificar a opressão e a exploração (OUVIÑA, 2021).

Nos últimos anos, uma das principais defensoras dos direitos humanos, da justiça social e da igualdade racial (sem viés religioso, como o de Rosa) em todo o mundo têm sido Angela Yvonne Davis, filósofa, ativista política e escritora estadunidense, nascida em 1944 (DIAS, 2020). Durante a década de 1960, Angela se envolveu em diversos movimentos sociais, como o Partido Comunista dos Estados Unidos e os Panteras Negras. Ela se tornou conhecida por suas críticas à política do governo americano em relação aos direitos civis e humanos, bem como ao sistema prisional do país, que ela considerava racista e opressivo. Em 1970, Angela foi acusada de conspiração e de envolvimento em um tiroteio em um tribunal na Califórnia. Ela se tornou alvo de uma intensa perseguição policial e midiática e foi presa em Nova York, NY, mas conseguiu escapar da prisão e passou a ser procurada pelo FBI. Ela ficou na lista dos dez criminosos mais procurados por mais de dois meses, até ser capturada em NY (DIAS, 2020).

O julgamento de Angela Davis se tornou um marco na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e atraiu a atenção da mídia e de organizações de direitos humanos de todo o mundo. Ela se tornou um símbolo da luta contra a opressão e a discriminação racial e sua prisão mobilizou milhares de pessoas em todo o mundo. Angela Davis foi absolvida das acusações em 1972 e passou a se dedicar à luta pelos direitos humanos e à igualdade racial ao redor do mundo. Sua obra escrita envolve "Mulheres, raça e classe" (DAVIS, 2016), "Uma autobiografia" (DAVIS, 2019) e "Liberdade é uma luta constante" (DAVIS, 2018). Angela Davis também é uma das principais defensoras do movimento Black Lives Matter, que luta contra a violência policial e a discriminação racial nos Estados Unidos (DIAS, 2020).

No Brasil, são muitas as mulheres que seguiram os passos de Rosa Luxemburgo e se inspiraram em Angela Davis pela luta por seus ideais e crenças. A literatura destaca Dandara, uma mulher que não se tem registro de quando nasceu (? – 1694), mas impôs seu nome na História por meio de sua luta pela emancipação do povo negro no Brasil. Companheira de Zumbi dos Palmares, o maior quilombola do período colonial, Dandara lutou bravamente contra a opressão (SILVA; SILVA; DOS SANTOS LIMA, 2021). Seu maior legado foi liderar a resistência contra a proposta de acordo com a Coroa Portuguesa, que oferecia terras em troca de fugitivos. Morreu e teve sua cabeça apresentada em praça pública, um marco negativo, mas também um símbolo ainda mais marcante da luta dos negros contra a realeza portuguesa.

Outro exemplo da garra feminina para causas sociais, Maria Quitéria (1792-1853) foi uma mulher baiana, militar, que lutou na Guerra da Independência do Brasil, em 1822, contra as tropas portuguesas. Ela se tornou um ícone feminino nacional pela liberdade e igualdade. Maria Quitéria chegou a ser condecorada por Dom Pedro I como heroína. A partir da década de 1950, seu rosto começou a ser usado pelo Exército Brasileiro como símbolo das organizações femininas pela anistia durante a Ditadura Militar (1964-1985) (GOMES, 2019).

A coragem feminina com efeitos na sociedade tem sua representação também em Ana Néri (1814-1888). Brasileira, se destacou na luta pelo reconhecimento e valorização da enfermagem no Brasil (GRISARD; VIEIRA, 2009). Foi a primeira enfermeira brasileira a se alistar voluntariamente para cuidar dos soldados feridos durante a Guerra do Paraguai. Um fato de grande emoção e emblemático na vida de Néri foi quando, ao final da guerra, em 1870, ela volta ao Brasil trazendo quatro crianças, órfãos de guerra, que resgatou para ela mesma, já decidida, criar. A primeira Medalha de Ouro Humanitária foi entregue à Ana Néri por esses serviços de guerra. Ela ainda fundou a Escola Livre de Enfermagem em Salvador, em 1890, que mais tarde se foi batizada com seu nome. Recebeu do imperador Dom Pedro II, por decreto, uma pensão vitalícia com a qual educou sua família (VIVIAN; FLECK, 2021).

O legado de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) está na sua coragem em escrever sobre a sua realidade e sobre as injustiças sociais que enfrentava, em uma época em que poucas mulheres negras tinham voz na sociedade e na literatura brasileira. Seu primeiro livro provocou um enorme impacto: Quarto de Despejo, de 1960. Carolina, mulher negra, migrante, mãe solteira e moradora da favela do Canindé, em São Paulo, SP, ganhou projeção nacional e internacional ao registrar o cotidiano de miséria e exclusão que vivia. O livro citado acima, fruto de uma iniciativa do jornalista Audálio Dantas, rompeu com os padrões literários e culturais da época ao dar voz a uma personagem socialmente marginalizada. No entanto, o sucesso foi efêmero e limitado a este único livro. Depois disso, houve um esquecimento de Carolina na crítica literária na época. Esse "apagamento" de Carolina, segundo Meihy (1998), se deveu à elitização da crítica literária, à censura velada (sobretudo após o golpe militar de 1964), o preconceito de classe e raça, e a falta de reconhecimento por parte dos movimentos feminista e negro da época. Mesmo com vendas expressivas e traduções em vários idiomas, Carolina não foi acolhida como símbolo por esses movimentos sociais. O livro de estreia foi publicado, apesar de existir um vasto material inédito de Carolina (romances, peças de teatro, contos e poemas), que permaneceu ignorado por editores e pela crítica. O caso de Carolina expõe uma falha estrutural do Brasil em reconhecer e valorizar a produção intelectual das camadas populares (TOLEDO, 2010).

Mais recentemente, dentre as principais militantes sociais mulheres do Brasil, merece destaque Marielle Franco, política e ativista de direitos humanos que lutou contra a violência policial e a discriminação racial. Infelizmente, ela foi assassinada em 2018, mas seu legado e luta continuam inspirando muitas pessoas. Nascida e criada na Maré, uma das maiores comunidades do Rio de Janeiro, RJ, Marielle tornou-se mãe aos 19 anos e, ao longo de sua vida, rompeu barreiras sociais principalmente quando alcançou uma sólida formação acadêmica, com graduação em Sociologia e mestrado em Administração Pública. Sua atuação política foi pautada por uma luta com foco

especial nas populações periféricas, nas mulheres negras, na comunidade LGBT e nas vítimas da violência policial (DE MATTOS ROCHA, 2018).

Como vereadora eleita pelo partido político PSOL, com mais de 46 mil votos, Marielle ocupou um espaço historicamente negado a mulheres negras no Brasil. Sua presença na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi uma afirmação da resistência e da possibilidade de transformação social. Marielle denunciava sistematicamente os abusos cometidos pelas forças de segurança pública, um grande e rígido problema do estado. Ela questionou a militarização da segurança e os altos índices de letalidade policial nas favelas. Sua trajetória de coragem é interpretada à luz dos conceitos de biopolítica e necropolítica, elaborados por Michel Foucault e Achille Mbembe pelos autores MALLMANN e RODRIGUES (2018). Segundo eles, a vida e a atuação política de Marielle simbolizam uma resistência direta a uma lógica de poder que decide quem pode viver e quem pode morrer, evidenciando como o Estado brasileiro age de forma seletiva na garantia do direito à vida, sobretudo em relação aos corpos negros e periféricos (MALLMANN; RODRIGUES, 2018).

Após a execução de Marielle, em 14 de março de 2018, a repercussão foi de dimensão internacional, alcançando veículos como The New York Times, The Guardian e a rede ABC News, além de provocar manifestações de artistas, intelectuais e lideranças sociais. Contudo, sua morte também desencadeou uma onda de desinformação e produção de informações falsas nas redes sociais eletrônicas, com a circulação de notícias que tentavam difamar sua imagem (MALLMANN; RODRIGUES, 2018). Depois de tudo isso, a vida e morte de Marielle continuam sendo um ponto de referência para novas lideranças femininas negras no Brasil.

A filósofa, escritora e ativista feminista negra Djamila Ribeiro deve ser citada também pelo seu trabalho em prol da igualdade de gênero e raça no país. Ela é autora de vários livros, incluindo "Pequeno Manual Antirracista", de 2019 (RIBEIRO, 2019). Djamila entende o feminismo negro como um instrumento teórico, político e existencial que rompe com os silêncios históricos impostos às mulheres negras. Segundo a pensadora, essa reflexão é essencial para um novo marco civilizatório, capaz de promover mudanças profundas na estrutura social brasileira. Somente um olhar interseccional, segundo Djamila, pode dar conta da realidade das mulheres negras no Brasil, e aponta que não há emancipação real sem enfrentar simultaneamente o racismo, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas (RIBEIRO, 2018).

Em plena construção de carreira, outras mulheres podem ser citadas. Sônia Guajajara é uma líder indígena que trabalha para defender os direitos dos índios e proteger o meio ambiente. Ela é coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a atual Ministra dos Povos Indígenas. Preta Ferreira pode ser mencionada como uma das principais ativistas sociais da luta por moradia digna e direitos das mulheres. Ela é uma das lideranças do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Luana Génot, advogada e ativista pelos direitos das pessoas transsexuais no Brasil, tem papel importante e oficializado pois é fundadora da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares LGBTQIA+ (RODRIGUES; FREITAS, 2021; TONELLI; CARVALHO; TEIXEIRA, 2023).

Sueli Carneiro é uma das figuras mais influentes do atual cenário intelectual do Brasil e é frequentemente comparada à Angela Davis. Sueli é uma autora renomada, tendo publicado obras como "Escritos de Uma Vida" em 2018 (CARNEIRO,

2018), e é também a fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma importante instituição de combate ao racismo e pesquisa sobre ele, que existe há mais de três décadas. Em julho de 2020, Sueli completou 70 anos de idade e sua presença é cada vez mais necessária em círculos acadêmicos. Seu legado inclui o ativismo em prol dos direitos das mulheres negras, o combate ao racismo e à discriminação racial no Brasil, além de uma atuação relevante na produção de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira (CARNEIRO, 2023). Em seus escritos e discursos, Sueli Carneiro defende a ideia de que a luta antirracista é uma luta pela liberdade e pela justiça social, e que é necessário combater as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra no país. Seu legado inspira ativistas e pesquisadores a continuarem a luta por um mundo mais justo e igualitário (RODRIGUES; FREITAS, 2021).

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica e bioquímica que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica no país. Em 1983, ela foi vítima de duas tentativas de homicídio praticadas pelo seu então esposo, que a deixaram paraplégica. Durante a sua luta pela justiça, Maria da Penha enfrentou um longo processo judicial, com várias tentativas de arquivamento, impunidade do agressor e negligência por parte do Estado brasileiro. Em 2006, o Governo sancionou a lei nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. Essa lei é considerada uma das mais avançadas legislações de combate à violência contra as mulheres no mundo. Estabelece medidas de proteção às vítimas, mecanismos de prevenção e políticas públicas para o enfrentamento especialmente do feminicídio (DIAS, 2015).

Sob um panorama diferente daqueles mostrados até aqui, Carmen Barroso, renomada cientista social brasileira, deve ser apresentada. Ela dedicou grande parte de sua carreira ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (BARROSO; BRUSCHINI, 1990). Por esse constante desafio que ela se impôs enfrentar, é considerada uma das principais lideranças mundiais em saúde e direitos sexuais e reprodutivos, tendo atuado como diretora-executiva da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF, 2025), uma das maiores organizações não-governamentais do mundo na área de saúde sexual e reprodutiva. Carmen Barroso tem um legado significativo na defesa dos direitos das mulheres. Ela defendeu a legalização do aborto como uma questão de saúde pública e um direito humano, além de ter liderado esforços para melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva em países em desenvolvimento. Carmen é uma das fundadoras da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe, assina diversos artigos e publicações como autora principal (dentre os mais clássicos: BARROSO, 1982; BARROSO, 2004; DE OLIVEIRA COSTA et al., 2019) recebeu premiações e reconhecimentos ao longo de sua carreira, incluindo o Prêmio Internacional das Nações Unidas em Direitos Humanos (DE OLIVEIRA COSTA et al., 2019).

A defesa de povos indígenas é um dos lemas de vida de Eliane Potiguara, escritora, ativista e liderança indígena brasileira, da etnia potiguara. A trajetória de sua família é marcada pela violência, representada pelo assassinato de seu bisavô por agentes de uma empresa inglesa interessada em suas terras, o que forçou a família a migrar para um local mais seguro: Pernambuco. Com muito esforço e décadas de luta, Potiguara encontra na literatura sua arma para uma batalha social. Em seu sítio eletrônico (POTIGUARA, 2025), Eliane expõe sua biografia e obra: escreveu 8 livros

para o público adulto e 4 obras infantojuvenis. De maior destaque, o livro *Metade cara, metade máscara* (POTIGUARA, 2004) integra a série *Visões Indígenas*, organizada por Daniel Munduruku; reflete a busca por afirmação da identidade indígena na literatura contemporânea, misturando relatos míticos, poemas e memórias pessoais, além de uma viagem a elementos da genealogia da autora.

Dentre os títulos e prêmios de Eliane Potiguara, o de maior destaque é o de Embaixadora Universal da Paz, condecoração concedida pelo Círculo Universal dos Embaixadores da Paz, entidade ligada à ONU. Além dessa conquista de grande simbologia, fundou a primeira organização de mulheres indígenas do Brasil, a Rede de Mulheres Indígenas, em 1987; é cofundadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma das principais organizações de representação destes povos no país. O legado de suas obras tem sido fundamental para a promoção do diálogo intercultural e para a desconstrução de estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas (FIGUEIREDO, 2018).

Preta Rara é uma rapper ativista negra nascida na baixada santista, em São Paulo, que tem se dedicado a combater o racismo e a promover a valorização da cultura afro-brasileira. Ela criou o projeto "Empoderamento da Periferia", que oferece cursos de capacitação profissional para jovens. Merece ser aqui relacionada pois, além de sua expressão e linguagem fácil com os jovens, Preta Rara tem atuado com veemência em campanhas contra a violência policial. Em seu livro de 2020, ao se ler o título já é possível prever suas angústias: *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (RARA, 2020).

O estudo presente envolve outras mulheres de luta e engajamento comparáveis às apresentadas anteriormente, seja pela luta pelos seus próprios valores, seja pela proteção de suas famílias, ou ainda pelos ideais de toda sua comunidade. As quebradeiras de coco do Bico do Papagaio enfrentam dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, à exploração e a discriminação, problemas ambientais, como o desmatamento e a degradação do meio causado por fazendeiros e grileiros. Por isso, elas têm se organizado em associações e cooperativas, que buscam melhorar as condições de trabalho e de vida. Mas, para isso, é essencial a atuação de líderes que assumam a responsabilidade das ações e afazeres, organizem agendas, se apropriem dos lemas e ergam a bandeira para a luta diária.

Francisca Pinto da Silva, conhecida como Chica Queiroz, é uma liderança do estado do Piauí. Ela é fundadora da Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB) e tem se dedicado à luta pela preservação da cultura das comunidades tradicionais e pela melhoria das condições de vida das quebradeiras (CARVALHO; MACEDO, 2023).

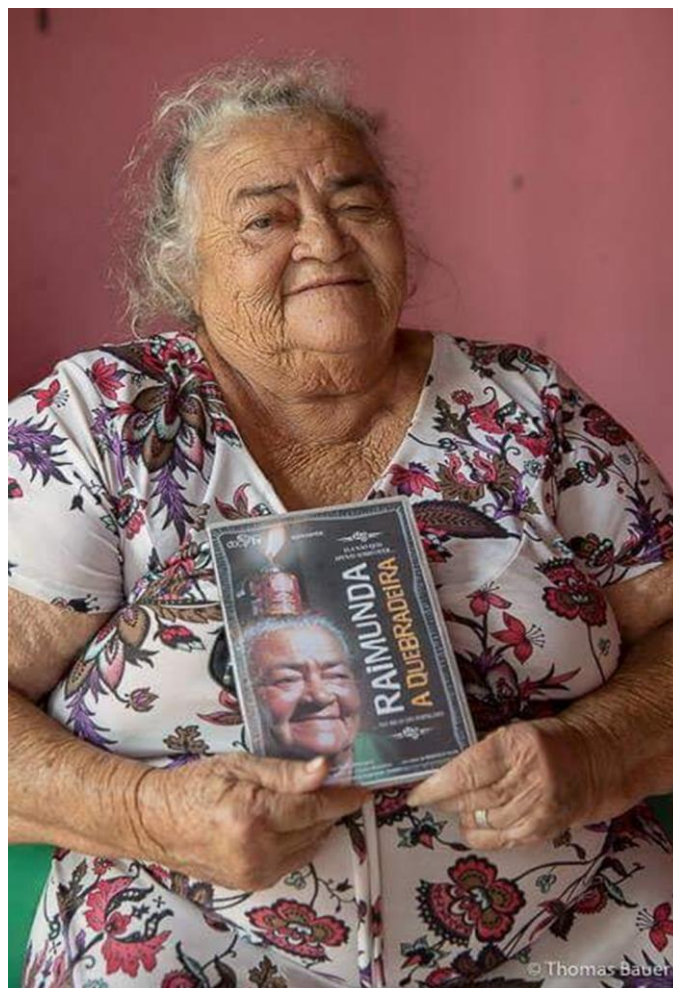
Maria Helena dos Santos, conhecida como Lena das Quebradeiras de Coco, é uma liderança no Tocantins, e fundou a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco do Tocantins (AMQC). Tem se destacado na luta pela valorização do trabalho das quebradeiras de coco, pela preservação do meio ambiente e pelo reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais. Outra figura com objetivos semelhantes das duas anteriores é Raimunda Nonata Mendes de Sousa, a Nonatinha Quebradeira de Coco, liderança das quebradeiras do Maranhão. Ela é fundadora da Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de São João do Caru (CARVALHO; MACEDO, 2023).

No estado do Tocantins, a referência de liderança das quebradeiras de coco babaçu também é Dona Raimunda Gomes da Silva, personagem de relevância para a comunidade e objeto deste trabalho.

3.3 Sobre Dona Raimunda, a quebradeira do Tocantins

Recentemente, Vera Lúcia Caixeta, doutora em História e docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins, publicou um trabalho (CAIXETA, 2023) sobre Dona Raimunda com vistas ao documentário “Dona Raimunda, a quebradeira”. Dirigido por Marcelo Silva e lançado em 2007, o documentário trata, segundo Caixeta, da trajetória de vida “da mais importante liderança feminina católica da região rural do extremo norte de Goiás no final do século XX e início do século XXI”. Em trabalho anterior, Milena Botelho de Azevedo Lena, também autora do presente trabalho, analisou as lutas e conquistas das quebradeiras de coco do Bico do Papagaio a partir da literatura e do documentário Raimunda, a Quebradeira, com foco no extrativismo do babaçu e na participação feminina, com destaque para Dona Raimunda (LENA, 2021). O documentário citado é a fonte mais importante de informações utilizada como base de obtenção de dados deste trabalho.

Figura 3 – Foto de Dona Raimunda, a quebradeira de coco.



Fonte: G1 Tocantins / CPT Araguaia-Tocantins / MIQCB. Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia. (CPT, 2018).

A importância dada ao legado de uma senhora simples, mas empoderada não é à toa. Raimunda Gomes da Silva (Figura 3) foi mulher, mãe, católica, camponesa, quebradeira de coco e militante feminista que viveu, movimentou, opinou, reagiu, discutiu, propôs alternativas em defesa da vida e do seu meio ambiente, ganhando destaque nacional e internacional a partir de sua luta. Dona Raimunda, que faleceu em 2018, foi alguém com características físicas marcantes e um temperamento vigoroso, resultado de processos psicossociais pronunciados. Era conhecida por sua habilidade como negociadora. Com um tom diplomático, ela conseguia se movimentar com facilidade e desenvoltura em qualquer ambiente, seja em uma reunião sindical ou em uma reunião com o governador do estado.

Filha de agricultores do Maranhão, Dona Raimunda era parte de uma família numerosa, com 10 irmãos, e se casou aos 18 anos. No entanto, enfrentando dificuldades em seu casamento, decidiu deixar o marido após 14 anos e criar sozinha seus seis filhos, trabalhando como lavradora. Em busca de trabalho com condições melhores, Dona Raimunda migrou constantemente até chegar à região do Bico do Papagaio, em 1979, onde viviam 52 famílias. Ao se estabelecer na área e se deparar com os problemas enfrentados por aquele povoado, ela começou a mobilizar seus companheiros para criar sindicatos rurais que defendessem os direitos daquele povo, visando uma prosperidade. Seu objetivo era promover trabalho comunitário na região e proteger os moradores das ameaças dos grileiros, pessoas que invadiam terras ilegalmente (LENA, 2021).

No início da década de 1980, ela se tornou incentivadora e catequista da comunidade, ganhando um espaço importante para expressar sua voz. Em 1983, o padre Josimo Tavares chegou à região de São Miguel do Tocantins, já na região do Bico do Papagaio (Figura 1), o que fortaleceu ainda mais o ativismo de Raimunda. No entanto, o padre foi assassinado três anos depois por fazendeiros e autoridades locais, devido justamente à sua atuação rígida na defesa dos posseiros e pequenos agricultores (SILVA; DE OLIVEIRA, 2019).

Após o crime, Dona Raimunda passou a atuar mais especificamente na defesa das mulheres. Ela teve relevância fundamental na criação da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e da Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), na qual ocupou o cargo de titular por uma década. Em 2008, as quebradeiras conquistaram a aprovação da "Lei do Babaçu Livre", que proibia a derrubada das palmeiras de babaçu pelos fazendeiros e permitia que as quebradeiras recolhessem o coco babaçu em propriedades privadas. O documentário citado anteriormente retrata o trabalho dessas mulheres, que adentram as matas e as fazendas para coletar o coco babaçu (PÔRTO JÚNIOR; LENA, 2020).

Em 2003, Dona Raimunda recebeu o prêmio Bertha Luz, concedido pelo Senado Federal a mulheres que contribuíram significativamente na defesa dos direitos das mulheres e questões de gênero no Brasil. Em 2005, Dona Raimunda foi indicada à lista mundial das mil mulheres que concorreram ao Prêmio Nobel da Paz. Com esse destaque internacional, no ano de 2009 ela foi agraciada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e, em 2013,

recebeu o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeiro da Silva, conferido pela Assembleia Legislativa do Tocantins. Essas distinções são sinais do reconhecimento do trabalho de Dona Raimunda e de sua dedicação na promoção dos direitos das mulheres quebradeiras de coco (DE BRITO; DE ALMEIDA, 2017).

3.4 Entre lutas e legados: Dona Raimunda dialoga com as grandes vozes femininas

O curso de vida de Dona Raimunda insere-se num cenário mais amplo de resistência protagonizada por mulheres que, ao longo da história, desafiaram estruturas de opressão e transformaram suas realidades locais, regionais e até fora de seus países, em símbolos de luta. Ao lado de Angela Davis, Carolina Maria de Jesus, Marielle Franco, Eliane Potiguara, Maria da Penha, Sueli Carneiro e tantas outras líderes mencionadas na presente análise, Dona Raimunda compõe um mosaico de vozes femininas que, cada uma a seu modo, protagonizaram ações transformadoras. Torna-se interessante, para o momento, buscar a construção de uma ponte entre essas experiências, avaliando onde elas se intersectam, identificando pontos de convergência entre suas lutas, estratégias, legados, considerando o contexto de cada uma. Não basta apenas comparar trajetórias, mas reconhecer na vida de Dona Raimunda um diálogo simbólico com essas grandes lideranças, evidenciando como sua atuação local ecoa valores universais de justiça, igualdade, solidariedade e emancipação social.

O trajeto de Dona Raimunda guarda fortes ressonâncias, por exemplo, com a trajetória de Angela Davis, sobretudo no que tange ao enfrentamento das estruturas de poder que marginalizam mulheres negras e pobres. Enquanto Davis denunciou internacionalmente a opressão de classe e raça nos Estados Unidos, Dona Raimunda enfrentou a grilagem de terras, a violência política e a exploração de trabalhadoras rurais no norte do Brasil. Comparações são plausíveis: elas atuaram com firmeza em contextos de desigualdade social, sendo perseguidas, ameaçadas e, ainda assim, inabaláveis em sua luta. Angela, por meio do pensamento crítico, e Dona Raimunda, mesmo distante do circuito acadêmico, construiu um pensamento social popular e prático, com alcance de direitos concretos, como a Lei do Babaçu Livre. Ambas demonstram que o ativismo político das mulheres negras pode ser exercido com contundência.

O uso da palavra “resistência”, presente em Carolina de Jesus ao escrever “Quarto de Despejo” (1960), por exemplo, encontra eco na voz de Dona Raimunda, que, embora sem uma produção escrita formal, protagonizou discursos, reuniões e assembleias como instrumentos de conscientização e denúncia (talvez sua coragem seja provada em maior grau neste tipo de ato). Enquanto Sueli Carneiro construiu uma trajetória de articulação intelectual e institucional na luta contra o racismo e pelo feminismo negro, Dona Raimunda atuou na criação de associações e federações de base rural, com o mesmo compromisso: dar voz às mulheres marginalizadas pelo sistema.

Marielle Franco e Djamila Ribeiro formam um elo entre diferentes expressões do ativismo feminino negro no Brasil. Marielle denunciava — como Dona Raimunda fazia com os resultados de sua vigia — as violências do Estado contra as populações negras, pobres e LGBTQIA+ e ousou ocupar um espaço historicamente negado a

mulheres como ela. Dona Raimunda veio da zona rural e organizou no Tocantins a comunidade das quebradeiras com associações fortes que afrontaram o poder latifundiário com a mesma ousadia e coragem. Djamila Ribeiro contribui com a elaboração teórica e crítica de um feminismo novo, algo que se expressa de forma concreta na vida da quebradeira de coco. Dona Raimunda teve sua força emergida da pobreza, do cuidado solo dado aos filhos, sentindo *na pele* a exclusão institucional. A análise primária, neste contexto, é a seguinte: se Djamila oferece a linguagem teórica para nomear essas opressões, Dona Raimunda seria o corpo que as enfrenta cotidianamente. Juntas, essas três mulheres, em seus diferentes espaços de atuação — o parlamento, a academia e a terra —, revelam a pluralidade e a potência do protagonismo feminino negro em ambientes difíceis de se despontar nessas condições.

Ao longo do exercício de reflexão que tem se desenvolvido neste estudo, destacaram-se figuras femininas nordestinas cuja atuação marcou profundamente a história brasileira, tanto no passado quanto na contemporaneidade. Percebe-se uma linha de continuidade nas suas histórias, com a resistência, a resiliência e o compromisso com a transformação social a partir das margens, formando um tripé base para essa linha histórica. Dona Raimunda carrega a força da mulher nordestina que, como Maria da Penha, sentiu na pele a violência dentro de casa e enfrentou a impunidade com coragem e insistência, até transformar sua dor em legislação protetiva. Em tempos mais remotos, Maria Quitéria e Ana Néri, também originárias do sofrido nordeste brasileiro, desafiaram os papéis de gênero impostos em seus contextos históricos. Tal como elas, Dona Raimunda subverteu expectativas sociais quando assume a liderança política no campo. Com menos registros, mas digna de lembranças só com o que se sabe e que deve perdurar toda a História, a quilombola Dandara dos Palmares ecoa em Raimunda na bravura diante da opressão; ambas defenderam territórios — sejam eles o quilombo, a mata ou o babaçual — como espaços de autonomia e sobrevivência coletiva. Mesmo Carolina Maria de Jesus, com sua escrita afiada em palavras acessíveis, nascida da favela, representa uma ancestralidade compartilhada por Raimunda que tem na mulher migrante e nordestina a expressão e força. Dona Raimunda carrega em si toda essa herança. Seu valor se entrelaça com o dessas nordestinas que, em diferentes tempos e contextos, se impuseram para gritar ao mundo que, com elas presentes, as coisas seriam diferentes.

No contexto da atuação das mulheres ativistas e, mais especificamente, da influência de Dona Raimunda, torna-se evidente a relevância de considerar a *invenção do presente*. Dona Raimunda pode ser qualificada como capaz de moldar e transformar a situação de momento por meio de suas práticas e estratégias inovadoras (SILVA *et al.*, 2017). Ela desafia as convenções culturais e sociais e ilustra a inovação presente na busca por mudanças. Ao ocupar espaços historicamente marginalizados, como as atividades relacionadas à quebra de coco, Dona Raimunda exemplifica a redefinição de normas de gênero e a capacidade de as mulheres ativistas influenciarem profundamente as estruturas sociais (BAGAGLI, 2017). A sua luta transcende para uma atuação engajada em uma variedade de causas, abordando muito mais do que o direito de se trabalhar na quebra do coco, mas tratando sobre direitos reprodutivos, violência de gênero, equidade salarial, representatividade política e a preservação das culturas e tradições.

Particularmente, no caso das mulheres quebradeiras de coco, a batalha pelo livre acesso ao babaçu pode ser entendida como uma disputa territorial, uma vez que se trata de um recurso natural explorado de forma agroecológica, sem causar danos ao meio ambiente. Os conflitos territoriais privam as mulheres que dependem do babaçu não apenas do acesso aos cocos, mas também interferem em seu modo de vida. Conforme apontado por Ferreira (2017, p. 8), a ameaça aos babaçuais compromete a segurança alimentar, territorial e ambiental das famílias, pois tudo, desde as palmeiras até os frutos, é aproveitado. Mas o ponto deste trabalho está na representatividade simbólica da líder das quebradeiras. Existem “Donas Raimundas” em diversas esferas da sociedade, desde as comunidades locais até as organizações não governamentais, partidos políticos e instituições de ensino e pesquisa (SALES *et al.*, 2019). A mãe de família, que preza pelos cuidados da casa, dos filhos e, muitas vezes, trabalha fora de casa, é uma Dona Raimunda.

Considerações finais

Este estudo procurou evidenciar a relevância das lideranças femininas em contextos e situações adversas, com atenção especial ao viés social, tomando como referência a figura emblemática da quebradeira de coco Dona Raimunda Gomes da Silva. A análise mostrou que a atuação de Dona Raimunda não apenas resiste às estruturas tradicionais de dominação de gênero, mas reinventa formas de protagonismo político a partir das margens sociais, o que, conclui-se aqui, ressignifica o sentido da ação coletiva e do ativismo feminino em comunidades agroextrativistas.

Utilizando a categoria teórica “invenção do presente”, constatou-se que Dona Raimunda produziu rupturas no cotidiano ao propor alternativas para as realidades vividas por sua comunidade situada no Bico do Papagaio, Tocantins. Sua liderança é fundamentada na experiência de vida, na escuta atenta de seus pares e na articulação de redes solidárias, o que faz com que valores universais de justiça social, emancipação e igualdade de gênero sejam elementos dianteiros de suas ações. Ao se investigar outras mulheres historicamente relevantes, como, por exemplo, dentre aquelas estudadas aqui, Angela Davis, Marielle Franco e Carolina Maria de Jesus, chegou-se à conclusão de que Dona Raimunda detém inúmeras habilidades e adjetivos que caracterizam essa constelação de vozes femininas de potencial transformador.

Como característica de destaque, notou-se o profundo senso de identidade cultural e orgulho de sua herança que Dona Raimunda e outras quebradeiras de coco do Bico do Papagaio têm. Elas valorizam e preservam as tradições, mesmo em meio à tantas dificuldades de se estabelecer como trabalhadores legais e beneficentes que são. Outros pontos merecem destaque: quanto à diversidade, em raça, etnia, classe, orientação sexual e outras dimensões, revela-se a importância da interseccionalidade na práxis das quebradeiras, dando voz especialmente às que enfrentam mais de uma forma de exclusão. Outra ênfase deve se dar à forma de organização, pois trata-se de um trabalho coletivo em prol de objetivos compartilhados, sustentado por uma resistente capacidade de se proteger de preconceitos e violências.

Ao iluminar a trajetória de Dona Raimunda, este estudo também reconhece e valoriza todas as “Donas Raimundas” que, muitas vezes invisibilizadas, sustentam

com coragem, resiliência e criatividade os pilares de suas famílias e de suas comunidades.

Referências

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 49–86, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 dez. 2024.

ALVAREZ, S. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In: **STEPAN, A. (org.). Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 217–275.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas**. *Letras Escreve*, v. 7, n. 1, p. 137–164, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2015. 288 p.

BARROSO, Carmen. **Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, p. 573–582, 2004.

BARROSO, Carmen. Mulher. In: **SOCIEDADE E ESTADO NO BRASIL**. São Paulo: Unicef/Brasiliense, 1982.

BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 79–79, 1990.

BATISTA, M. L. P. et al. **Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável**. *Revista de Administração Pública*, v. 57, p. e20220160, 2023.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Dona Raimunda: a quebradeira de coco do “Bico do Papagaio”**. *Fronteiras & Debates*, v. 9, n. 1, p. 133–146, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2018. 290 p.

CARVALHO, Andressa Veras de; MACEDO, João Paulo Sales. **Políticas desenvolvimentistas e mulheres quebradeiras de coco babaçu: capturas contemporâneas**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. e243813, 2023.

CARVALHO, Erika Fernanda Marins de; LAGUARDIA, Josué; DESLANDES, Suely Ferreira. **Sistemas de informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 1273–1287, 2022.

CASTRO, Cosette. **Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online**. Lisboa: Ria Editorial, 2021.

COSTA, A.; SARDENBERG, C. M. **Feminismos, feministas e movimentos sociais**. In: BRANDÃO, M. L.; BINGEMER, M. C. (org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 67–82.

COSTA, A. A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 11 maio 2024.

COSTA, Heliene Rosa da. **Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara**. 2020. 265 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3612>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dona Raimunda, quebradeira de coco babaçu e liderança no Tocantins, morre em casa aos 78 anos**. 2018. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2018/11/08/dona-raimunda-quebradeira-de-coco-babacu-e-lideranca-no-tocantins-morre-em-casa-aos-78-anos/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DA SILVA SANTOS, T. R. et al. **Ações virtuais de educação em saúde para população idosa: uma intervenção na comunidade**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 6, p. e7467, 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Angela Davis: uma autobiografia**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ARAÚJO, Maria Lais Alves. **Os movimentos sociais da atualidade e o papel do líder na construção dos movimentos em rede**. *Conexão Política*, v. 10, n. 1, p. 159–172, 2021.

DE BRITO, Eliseu Pereira; DE ALMEIDA, Maria Geralda. **Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins**. *Geosul*, v. 32, n. 63, p. 229–249, 2017.

DE MATTOS ROCHA, Lia. **A vida e as lutas de Marielle Franco**. *Em Pauta*, v. 16, n. 42, p. 274–281, 2018.

DE OLIVEIRA COSTA, A. et al. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **A questão da opressão para Angela Davis.** *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 52, p. 143–163, 2020.

FERREIRA, Julia Letícia. **Do babaçu livre ao território livre: a luta das quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense.** In: *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Curitiba/PR, 2017. 11 p.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia.** *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, p. 291–304, 2018.

GALVÃO, Ianne. **Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira.** *Revista de Direito*, v. 13, n. 2, p. 01-17, 2021.

GOMES, Nathan. **A la guerra Americanas: questões de gênero e etnicidade nos retratos de Maria Quitéria de Jesus.** *RITA - Revue interdisciplinaire de travaux sur les Amériques*, n. 12, 2019.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Regionalização da saúde no Tocantins - dados e mapas.** 2015. Disponível em: <https://www.to.gov.br/saude/regionalizacao-da-saude-no-tocantins-dados-e-mapas/468khopycna2>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. **Ana Néri, madrinha da enfermagem no Brasil.** *Gazeta Médica da Bahia*, n. 2, 2009.

IPPF - INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD FEDERATION. **Página institucional.** Disponível em: <https://www.ippf.org/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LENA, Milena Botelho Azevedo. **As lutas e conquistas das quebradeiras de coco do Bico do Papagaio em "Raimunda, a quebradeira".** *Revista Escritas*, v. 13, n. 2, p. 46-68, 2021.

MALLMANN, Rafaela Weber; RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk. **Marielle Franco: a resistência no campo da biopolítica e da proteção aos direitos humanos.** In: *CONGRESSO NACIONAL DE BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS*, 1., 2018. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2018.

MARONEZE, Aline Rodrigues. **Patriarcado, desigualdade de gênero e violência: o papel da mulher na sociedade contemporânea.** *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 7, n. 1, p. 162-176, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio.** *Revista USP*, n. 37, p. 82-91, 1998.

MILLER, Dominique. **As duas margens da feminilidade.** In: _____. *O feminino infamiliar: dizer o indizível*. p. 251-261, 2021.

MIQCB - **MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU.** *Página institucional.* Disponível em: <https://miqcb.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Os dispositivos e o cuidado de si: a invenção do presente.** *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 21, n. 1, p. 69-79, 2016.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

PIRES, Desirée; CASTRO, Amanda Motta. **Todo espaço é político: ativismo de mulheres nas redes sociais.** *Revista Docência e Ciberultura*, v. 4, n. 2, p. 143-161, 2020.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; LENA, Milena Botelho Azevedo. **As quebradeiras de coco babaçu e as suas estratégias de luta e mobilização.** In: *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária*, v. 6, 2020.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** São Paulo: Global, 2004.

POTIGUARA, Eliane. **Sítio eletrônico oficial.** Disponível em: <https://www.elianepotiguara.org.br/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **The politics of aesthetics: the distribution of the sensible.** 1st ed. London: Continuum, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **Biopolítica ou política?** *Urdimento*, Florianópolis (UDESC), v. 1, n. 15, p. 75-90, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **Literature, politics, aesthetics: approaches to democratic disagreement.** Interviewed by Solange Guénoun and James H. Kavanagh. *Substance*, n. 92, p. 3-24, 2000.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2020.

REPÓRTER BRASIL. **Quebradeiras de coco babaçu.** 2018. Disponível em: <https://especial.reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/quebradeiras-de-coco-babacu/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2021.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. **Militância e ativismo no Brasil depois de junho de 2013: entre repertórios, estratégias e instituições.** *Revista Psicologia Política*, v. 19, n. 45, p. 154-169, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais.** *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 143-164, 2017.

SILVA, Moisés Pereira; OLIVEIRA, Jôyara Maria Silva de. **A docência no sistema modular de ensino da rede pública do Pará e a biografia do padre Josimo Moraes Tavares: perspectivas teórico-práticas para a educação histórica.** *Revista História Hoje*, v. 8, n. 16, p. 234-255, 2019.

SILVA, Suzi Alves; SILVA, Shirley Henrique; SANTOS LIMA, Elaine Cristina dos. **Análise da experiência do projeto “Afrobetizando na terra de Zumbi dos Palmares”.** *Revista Panorâmica Online*, v. 33, 2021.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; LAZARETTI, Bruna Furini. **Representatividade e liderança feminina nas grandes corporações: uma leitura sob a perspectiva dos movimentos sociais.** *Juris Poiesis*, v. 20, n. 23, p. 45-67, 2017.

SOARES, Danúbia Zanotelli; CHARLES, C.; CERQUEIRA, C. C. A. X. **Feminicídio no Brasil: gênero de quem mata e quem morre.** In: *XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*, 2019. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2019.

SOUSA, Laura Beatriz Silva; SILVA, Cícero da. **Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo: uma conquista dos povos do campo.** *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 10, n. 22, p. 54-69, 2021.

SOUTO, Kátia; MOREIRA, Marcelo Rasga. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres.** *Saúde em Debate*, v. 45, p. 832-846, 2021.

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. **Carolina Maria de Jesus: a escrita de si.** *Letrônica*, v. 3, n. 1, p. 247-257, 2010.

TOLEDO, Luciano Augusto; FARIAS SHIAISHI, Guilherme de. **Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso.** *Revista da FAE*, v. 12, n. 1, 2009.

TONELLI, Maria José; CARVALHO, Adriana; TEIXEIRA, Maria Fernanda. **Dilemas e avanços das mulheres na gestão.** *GV-executivo*, v. 22, n. 1, 2023.

VASCONCELOS, Nádia Machado de et al. **Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e07732023, 2024.

VELOSO, Lucas Henrique Nigri. **Teorias dos movimentos sociais, Jacques Rancière e a “subjetivação política”: noções de agência, sujeito e política sob a perspectiva estética da “cena de dissenso”**. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 12, n. 3, p. 88-106, 2018.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero**. *História (São Paulo)*, v. 38, e2019054, 2019.

VIVIAN, Rosmere Adriana; FLECK, Gilmei Francisco. **O romance histórico contemporâneo de mediação Ana Néri, a brasileira que venceu a guerra (2002): a presença feminina na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. *EntreLetras*, v. 12, n. 3, p. 348–361, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p348-361>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Alex Pizzio. Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: alexpizzio@gmail.com

Milena Botelho Azevedo Lena. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Graduada em Comunicação Empresarial e Marketing pela UNITINS. E-mail: milazev@gmail.com

Submetido em: 18/10/2024

Aprovado em: 30/09/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Alex Pizzio e Milena

Curadoria de Dados (Data curation): julho/agosto de 2024.

Análise Formal (Formal analysis): Alex Pizzio e Milena

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Não se aplica

Investigação/Pesquisa (Investigation): Milena Botelho

Metodologia (Methodology): Alex Pizzio e Milena

Administração do Projeto (Project administration): Milena Botelho

Recursos (Resources): Alex Pizzio e Milena

Software: Não se aplica

Supervisão/orientação (Supervision): Alex Pizzio

Validação (Validation): Alex Pizzio e Milena

Visualização (Visualization): Alex Pizzio e Milena

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Alex Pizzio e Milena

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Alex Pizzio e Milena

Fontes de financiamento: Não se aplica

